

ÍNDICE

1. ENQUADRAMENTO	11
1.1. Relação entre a contabilidade e a fiscalidade	11
1.2. Conceitos	18
1.3. Reconhecimento	28
1.4. Mensuração	33
1.5. Apresentação	36
1.6. Divulgações	38
Caso Prático 1.1 — Resultado contabilístico e resultado fiscal	42
Caso Prático 1.2 — Diferenças permanentes e diferenças tempestivas	44
Caso Prático 1.3 — Imposto corrente e ativos e passivos por impostos correntes (1)	45
Caso Prático 1.4 — Imposto corrente e ativos e passivos por impostos correntes (2)	48
Caso Prático 1.5 — Imposto corrente — pagamentos por conta (1)	51
Caso Prático 1.6 — Imposto corrente — pagamentos por conta (2)	53
Caso Prático 1.7 — Imposto corrente estimado e imposto corrente definitivo (1)	56
Caso Prático 1.8 — Imposto corrente estimado e imposto corrente definitivo (2)	59
Caso Prático 1.9 — Imposto corrente reconhecido no capital próprio	62
Caso Prático 1.10 — Base fiscal, diferenças temporárias e impostos diferidos	64
Caso Prático 1.11 — Diferenças temporárias e diferenças tempestivas	72
Caso Prático 1.12 — Diferenças temporárias e impostos diferidos	74
Caso Prático 1.13 — Gasto de imposto e rendimento de imposto	77
Caso Prático 1.14 — O efeito económico do reconhecimento de impostos diferidos	82
Caso Prático 1.15 — Impostos diferidos reconhecidos como ajustamento ao <i>Goodwill</i>	87
Caso Prático 1.16 — Impostos diferidos em resultados não realizados de operações intragrupo	92

CASO PRÁTICO 1.17 — Apresentação dos impostos diferidos (compensação; gasto de imposto e rendimento de imposto)	95
CASO PRÁTICO 1.18 — Divulgações no anexo	98
CASO PRÁTICO 1.19 — Adoção pela primeira vez da NCRF 25	103
2. TRATAMENTO DOS IMPOSTOS ASSOCIADOS A DIFERENÇAS PERMANENTES, TEMPORÁRIAS E TEMPESTIVAS	107
2.1. Vendas e prestações de serviços com pagamento diferido	107
CASO PRÁTICO 2.1.1 — Vendas com pagamento diferido (1)	109
CASO PRÁTICO 2.1.2 — Vendas com pagamento diferido (2)	116
2.2. Dividendos distribuídos e método da equivalência patrimonial	120
CASO PRÁTICO 2.2.1 — Dividendos distribuídos	125
CASO PRÁTICO 2.2.2 — Método de equivalência patrimonial (1)	127
CASO PRÁTICO 2.2.3 — Método de equivalência patrimonial (2)	130
CASO PRÁTICO 2.2.4 — Método de equivalência patrimonial (3)	135
CASO PRÁTICO 2.2.5 — Método de equivalência patrimonial (4)	145
2.3. Derrogação do pressuposto do acréscimo nos benefícios aos empregados	146
CASO PRÁTICO 2.3.1 — Pagamentos a empregados com base em ações (1)	149
CASO PRÁTICO 2.3.2 — Pagamentos a empregados com base em ações (2)	152
CASO PRÁTICO 2.3.3 — Benefícios por cessação de emprego (1)	156
CASO PRÁTICO 2.3.4 — Benefícios por cessação de emprego (2)	158
CASO PRÁTICO 2.3.5 — Benefícios por cessação de emprego (3)	161
2.4. Regime das depreciações e amortizações	164
CASO PRÁTICO 2.4.1 — Depreciações não aceites — terreno não sujeito a deperecimento	171
CASO PRÁTICO 2.4.2 — Depreciações não aceites — acima dos limites (1)	173
CASO PRÁTICO 2.4.3 — Depreciações não aceites — acima dos limites (2)	176
CASO PRÁTICO 2.4.4 — Depreciações não aceites — para além do período máximo de vida útil («quotas perdidas»)	180
CASO PRÁTICO 2.4.5 — Depreciações não aceites — correspondentes ao custo de viatura ligeira de passageiros que excede os limites	183
CASO PRÁTICO 2.4.6 — Depreciações não aceites — adoção do modelo de revalorização (1)	185
CASO PRÁTICO 2.4.7 — Depreciações não aceites — adoção do modelo de revalorização (2)	190
CASO PRÁTICO 2.4.8 — Depreciações não aceites — adoção do modelo de revalorização (3)	195
CASO PRÁTICO 2.4.9 — Depreciações não aceites — adoção do modelo de revalorização (4)	201

CASO PRÁTICO 2.4.10 — Depreciações não aceites — revalorizações ao abrigo de diploma legal	214
CASO PRÁTICO 2.4.11 — Depreciações não aceites — alteração da vida útil (1)	219
CASO PRÁTICO 2.4.12 — Depreciações não aceites — alteração da vida útil (2)	223
2.5. Ativos intangíveis com vida útil indefinida	225
Caso PRÁTICO 2.5.1 — Amortizações de ativos intangíveis com vida útil indefinida (1)	229
Caso PRÁTICO 2.5.2 — Amortizações de ativos intangíveis com vida útil indefinida (2)	232
2.6. Projetos de desenvolvimento	234
Caso PRÁTICO 2.6.1 — Projetos de desenvolvimento (1)	236
Caso PRÁTICO 2.6.2 — Projetos de desenvolvimento (2)	239
2.7. Modelo do justo valor	241
Caso PRÁTICO 2.7.1 — Modelo do justo valor — participações de capital (1)	244
Caso PRÁTICO 2.7.2 — Modelo do justo valor — participações de capital (2)	248
Caso PRÁTICO 2.7.3 — Modelo do justo valor — propriedades de investimento (1)	252
Caso PRÁTICO 2.7.4 — Modelo do justo valor — propriedades de investimento (2)	256
Caso PRÁTICO 2.7.5 — Modelo do justo valor — propriedades de investimento (3)	260
2.8. Perdas por imparidade	264
2.8.1. Perdas por imparidade em inventários	264
Caso PRÁTICO 2.8.1.1 — Perdas por imparidade em inventários (1)	267
Caso PRÁTICO 2.8.1.2 — Perdas por imparidade em inventários (2)	269
Caso PRÁTICO 2.8.1.3 — Perdas por imparidade em inventários (3)	272
2.8.2. Perdas por imparidade em dívidas de clientes e dívidas incobráveis	274
Caso PRÁTICO 2.8.2.1. — Perdas por imparidade em dívidas de clientes e dívidas incobráveis (1)	279
Caso PRÁTICO 2.8.2.2 — Perdas por imparidade em dívidas de clientes e dívidas incobráveis (2)	281
Caso PRÁTICO 2.8.2.3 — Perdas por imparidade em dívidas de clientes e dívidas incobráveis (3)	285
Caso PRÁTICO 2.8.2.4 — Perdas por imparidade em dívidas de clientes e dívidas incobráveis (4)	286
Caso PRÁTICO 2.8.2.5 — Perdas por imparidade em dívidas de clientes e dívidas incobráveis (5)	290
2.8.3. Perdas por imparidade em ativos não correntes	293
Caso PRÁTICO 2.8.3.1 — Perdas por imparidade em ativos fixos tangíveis (1)	296
Caso PRÁTICO 2.8.3.2 — Perdas por imparidade em ativos fixos tangíveis (2)	300
Caso PRÁTICO 2.8.3.3 — Perdas por imparidade em ativos fixos tangíveis (3)	303
Caso PRÁTICO 2.8.3.4 — Perdas por imparidade em ativos intangíveis	308
2.8.4. Perdas por imparidade em investimentos financeiros	313

IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO

CASO PRÁTICO 2.8.4.1 — Perdas por imparidade em investimentos financeiros (1)	315
CASO PRÁTICO 2.8.4.2 — Perdas por imparidade em investimentos financeiros (2)	318
2.9. Provisões	320
CASO PRÁTICO 2.9.1 — Provisões para processos judiciais em curso (1)	325
CASO PRÁTICO 2.9.2 — Provisões para processos judiciais em curso (2)	329
CASO PRÁTICO 2.9.3 — Provisões para garantias a clientes (1)	331
CASO PRÁTICO 2.9.4 — Provisões para garantias a clientes (2)	342
CASO PRÁTICO 2.9.5 — Provisões para garantias a clientes (3)	351
CASO PRÁTICO 2.9.6 — Provisões para contratos onerosos (1)	354
CASO PRÁTICO 2.9.7 — Provisões para contratos onerosos (2)	358
CASO PRÁTICO 2.9.8 — Provisões para reestruturações	362
CASO PRÁTICO 2.9.9 — Provisões de carácter ambiental	366
CASO PRÁTICO 2.9.10 — Inclusão de provisão no custo de um ativo e mensuração de provisão pelo valor presente	369
2.10. Subsídios não reembolsáveis relacionados com ativos	374
CASO PRÁTICO 2.10.1 — Subsídio não reembolsável para aquisição de ativo fixo tangível depreciável (1)	380
CASO PRÁTICO 2.10.2 — Subsídio não reembolsável para aquisição de ativo fixo tangível depreciável (2)	385
CASO PRÁTICO 2.10.3 — Subsídio não reembolsável para aquisição de ativo fixo tangível depreciável (3)	391
CASO PRÁTICO 2.10.4 — Subsídio não reembolsável para aquisição de ativo fixo tangível depreciável (4)	397
CASO PRÁTICO 2.10.5 — Subsídio não reembolsável para aquisição de ativo intangível sem vida útil definida	402
CASO PRÁTICO 2.10.6 — Subsídio não reembolsável para aquisição de ativo fixo tangível não depreciável (1)	408
CASO PRÁTICO 2.10.7 — Subsídio não reembolsável para aquisição de ativo fixo tangível não depreciável (2)	412
CASO PRÁTICO 2.10.8 — Subsídio não reembolsável para aquisição de ativo fixo tangível não depreciável (3)	418
CASO PRÁTICO 2.10.9 — Subsídio não reembolsável para aquisição de propriedade de investimento	423
2.11. Gastos de financiamento líquidos	429
CASO PRÁTICO 2.11.1 — Gastos de financiamento líquidos — limite (1)	431
CASO PRÁTICO 2.11.2 — Gastos de financiamento líquidos — limite (2)	432
CASO PRÁTICO 2.11.3 — Gastos de financiamento líquidos — limite (3)	433
CASO PRÁTICO 2.11.4 — Gastos de financiamento líquidos — limite (4)	434
CASO PRÁTICO 2.11.5 — Gastos de financiamento líquidos — reporte de dedutibilidade (1)	437

CASO PRÁTICO 2.11.6 — Gastos de financiamento líquidos — reporte de dedutibilidade (2)	441
2.12. Correções ao valor de transmissão de direitos reais sobre bens imóveis	444
CASO PRÁTICO 2.12.1 — Transmissão de direitos reais sobre imóveis (1)	447
CASO PRÁTICO 2.12.2 — Transmissão de direitos reais sobre imóveis (2)	449
CASO PRÁTICO 2.12.3 — Transmissão de direitos reais sobre imóveis (3)	451
2.13. Correção de erros de períodos anteriores	452
CASO PRÁTICO 2.13.1 — Correção de erros (1)	455
CASO PRÁTICO 2.13.2 — Correção de erros (2)	457
3. TRATAMENTO DOS IMPOSTOS ASSOCIADOS A OUTRAS SITUAÇÕES	459
3.1. Reporte de prejuízos	459
CASO PRÁTICO 3.1.1 — Reporte de prejuízos (1)	462
CASO PRÁTICO 3.1.2 — Reporte de prejuízos (2)	466
CASO PRÁTICO 3.1.3 — Reporte de prejuízos (3)	469
CASO PRÁTICO 3.1.4 — Reporte de prejuízos (4)	472
3.2. Benefícios fiscais com efeitos na determinação do lucro tributável	474
CASO PRÁTICO 3.2.1 — Remuneração Convencional do Capital Social (RCCS)	477
CASO PRÁTICO 3.2.2 — Regime Fiscal de Incentivo à Capitalização de Empresas (RFICE)	480
3.3. Benefícios fiscais por dedução à coleta	483
CASO PRÁTICO 3.3.1 — RFAI (1)	487
CASO PRÁTICO 3.3.2 — RFAI (2)	490
CASO PRÁTICO 3.3.3 — SIFIDE II (1)	494
CASO PRÁTICO 3.3.4 — SIFIDE II (2)	496
4. CASOS PRÁTICOS GLOBAIS	499
CASO PRÁTICO 4.1 — Caso prático global (1)	500
CASO PRÁTICO 4.2 — Caso prático global (2)	520
5. APÊNDICE	533